

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Américo Bedê Freire Júnior xvii

NOTA DO AUTOR..... xix

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO 1

BASES PRINCIPOLÓGICAS DO DIREITO PENAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO

DE DIREITO 7

1.1 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA 13

1.2 PRINCÍPIO DA LEGALIDADE 15

1.2.1 *Nullum crimen, nulla poena sine lege stricta* 22

1.2.2 *Nullum crimen, nulla poena sine lege scripta* 29

1.2.3 *Nullum crimen, nulla poena sine lege praevia* 30

1.2.4 *Nullum crimen, nulla poena sine lege certa* 32

1.2.5 *Nullum crimen, nulla poena sine lege necessariae*.. 41

1.3 PRINCÍPIO DA LESIVIDADE (OFENSIVIDADE) 47

1.3.1 Princípio da Alteridade 51

1.4 PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO EXCLUSIVA DE
BENS JURÍDICOS 53

1.5	PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA (SUBSIDIARIEDADE).....	55
1.6	PRINCÍPIO DA FRAGMENTARIEDADE.....	56
1.7	PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	57
1.8	PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL.....	59
1.9	PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE.....	61
1.10	PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE DAS PENAS.....	67
1.11	PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DAS PENAS.....	73
1.12	PRINCÍPIO DA INTRANSCENDÊNCIA DAS PENAS	81
1.13	PRINCÍPIO DA LIMITAÇÃO DAS PENAS	84
1.14	PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE DOS BENS JURÍDICOS ESSENCIAIS.....	85
1.15	PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO LEGITIMADORA DA INTERVENÇÃO PENAL.....	91
1.15.1	Considerações preliminares.....	92
1.15.2	Apresentação	97
1.15.3	A necessidade da vinculação axiológica	101
1.15.4	A necessidade da vinculação teleológica	105
CAPÍTULO 2		
ROUBO: ESTUDO TIPOLÓGICO		111
2.1	LINEAMENTOS INTRODUTÓRIOS DA TEORIA GERAL DO TIPO PENAL.....	111
2.2	NOCÕES PRELIMINARES AO ESTUDO TIPOLOGICO DO ROUBO.....	132
2.3	ROUBO SIMPLES (ART. 157, <i>CAPUT</i> E § 1º, DO CÓDIGO PENAL)	136
2.3.1	Tipo objetivo	136
2.3.1.1	<i>Bem jurídico tutelado</i>	136
2.3.1.2	<i>Sujeito ativo do crime</i>	139
2.3.1.3	<i>Sujeito passivo do crime</i>	139
2.3.1.4	<i>Conduta (ação física)</i>	141
2.3.1.5	<i>Modus operandi (forma de execução)</i>	143

2.3.1.6	<i>Características do objeto material do crime:</i> <i>coisa móvel e alheia</i>	149
2.3.1.7	<i>Resultado</i>	151
2.3.2	Tipo subjetivo.....	152
2.3.3	Consumação e tentativa.....	153
2.3.4	Pena.....	155
2.3.5	Ação penal e competência para julgamento.....	156
2.4	ROUBO QUALIFICADO PELO RESULTADO (§ 3º DO ART. 157 DO CÓDIGO PENAL).....	156
2.4.1	Tipo objetivo.....	157
2.4.1.1	<i>Bem jurídico tutelado</i>	157
2.4.1.2	<i>Sujeito ativo</i>	158
2.4.1.3	<i>Sujeito passivo</i>	158
2.4.1.4	<i>Conduta (ação física)</i>	160
2.4.1.5	<i>Modus operandi (forma de execução)</i>	161
2.4.1.6	<i>Características do objeto material do crime:</i> <i>coisa móvel e alheia</i>	163
2.4.1.7	<i>Resultados qualificadores e</i> <i>relação de causalidade</i>	163
2.4.2	Tipo subjetivo.....	166
2.4.3	Consumação e tentativa.....	170
2.4.4	Pena.....	171
2.4.5	Ação penal e competência para julgamento.....	171

CAPÍTULO 3

AS ORIGENS DO PROBLEMA..... 173

3.1	BREVE NOTÍCIA HISTÓRICA DO LATROCÍNIO.....	173
3.2	O EQUÍVOCO LEGISLATIVO.....	185
3.3	O EQUÍVOCO DOUTRINÁRIO.....	192

CAPÍTULO 4

A DESCONSTRUÇÃO DE UM DOGMA..... 201

4.1	ACERCA DA ACEITAÇÃO DO DOLO COMO ELEMENTO SUBJETIVO DO § 3º (<i>in fine</i>) do art. 157, CP.....	202
-----	--	-----

4.1.1	Primeiro argumento: o sentido da expressão “se resulta”	204
4.1.1.1	<i>Da conexão entre o resultado e a violência empregada no roubo</i>	205
4.1.1.2	<i>Do sentido desintencional da expressão “se resulta”</i>	207
4.1.2	Segundo argumento: a lógica sistemática....	210
4.1.3	Terceiro argumento: a finalidade da previsão de crimes qualificados pelo resultado ...	233
4.2	ACERCA DA TIPIFICAÇÃO DO LATROCÍNIO NO ART. 157, § 3º, <i>IN FINE</i> , DO CP E DA SUA CONSIDERAÇÃO COMO CRIME COMPLEXO AUTÔNOMO	240
4.2.1	Quarto argumento: ausência de tipificação de conduta e conseqüente inexistência do latrocínio como crime complexo independente e autônomo.....	242
4.2.1.1	<i>Conceito de crime complexo</i>	242
4.2.1.2	<i>Crimes complexos: a questão da autonomia</i>	243
4.2.1.3	<i>Ausência de autonomia no caso do roubo qualificado pela morte</i>	245
4.2.1.4	<i>A inexistência da fórmula complexa “homicídio doloso + furto ou roubo” no ordenamento jurídico-penal brasileiro</i> ...	246
4.2.1.5	<i>As inconveniências da criação de crimes complexos autônomos</i>	250
4.2.1.6	<i>A celeuma da forma tentada do “latrocínio”</i> ..	253
4.3	ACERCA DA “PREVALÊNCIA DO ‘CRIME-FIM’ SOBRE O ‘CRIME-MEIO’”	258
4.3.1	Quinto argumento: a regra de adequação típica vigente.....	270

CAPÍTULO 5

A INCONSTITUCIONALIDADE DO TIPO PENAL DO “LATROCÍNIO”

285

5.1	A INCONSTITUCIONALIDADE DO PRECEITO PRIMÁRIO – O (PRETENSO) TIPO PENAL DO LATROCÍNIO E O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.....	289
-----	---	-----

5.2	A INCONSTITUCIONALIDADE DO PRECÍPITO SECUNDÁRIO – AS PENAS DO ART. 157, § 3º (PARTE FINAL), DO CÓDIGO PENAL E OS PRINCÍPIOS DA CULPABILIDADE, DA INDIVIDUALIZAÇÃO E DA PROPORCIONALIDADE DAS PENAS	299
5.3	A CONCEPÇÃO DO “LATROCÍNIO AMBIVALENTE” COMO CRIME COMPLEXO AUTÔNOMO E A VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO LEGITIMADORA DA INTERVENÇÃO PENAL E DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE DE BENS JURÍDICOS ESSENCIAIS.....	327
5.4	CONCLUSÃO SOBRE A INCONSTITUCIONALIDADE DO § 3º DO ART. 157 DO CÓDIGO PENAL.....	335
CAPÍTULO 6		
SUGESTÕES PARA A SOLUÇÃO DO PROBLEMA		
6.1	SUGESTÃO PARA A REPRESSÃO ATUAL DO ROUBO QUALIFICADO PELA MORTE CULPOSA E DO HOMICÍDIO DOLOSO PRATICADO COMO MÉTODO DE CONSECUÇÃO OU ASSEGURAÇÃO DA SUBTRAÇÃO OU DA FUGA	342
6.2	PROPOSTAS DE <i>LEGE FERENDA</i>	349
6.2.1	Proposta para o trato do roubo qualificado pela morte culposa.....	349
6.2.2	Proposta para o trato do homicídio doloso praticado como método de consecução ou asseguração da subtração ou da fuga.....	367
6.3	CONCLUSÕES SOBRE AS SUGESTÕES	375
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		377
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		389